



Odacir Soares

Promotores ficam fora da atividade político-partidária

Nenhum integrante do Ministério Público (procuradores, promotores e defensores) poderá exercer atividade político-partidária, conforme proposta de emenda constitucional aprovada ontem, em segundo turno, pelo plenário. A emenda agora será submetida à apreciação da Câmara dos Deputados. O autor da emenda, senador Odacir Soares (PFL-RO), pondera em sua argumentação que a proibição é importante para garantir a imparcialidade e a independência do Ministério Público.

O plenário aprovou também os nomes de novos embaixadores brasileiros e renovou permissão para funcionamento da Rádio e Televisão do Piauí, em Teresina. Foram renovadas as concessões da Rádio Emissora Paranaense, de Curitiba, e da Rádio Serrana, de Bento Gonçalves.

NESTA EDIÇÃO

Projeto obriga governo a concluir obras

Página 3

Comissão examina proposta para disciplinar MP

Página 4

Comissões aprovam parecer sobre Sivam

Relatório de Ramez Tebet vai ao plenário para decisão sobre mudanças nas resoluções que autorizam créditos para o projeto

As Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Fiscalização e Controle e Assuntos Econômicos aprovaram ontem, por maioria de votos, o parecer do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) às emendas de plenário oferecidas ao projeto de resolução que trata do Sistema de Vigilância da Amazônia, o Sivam. Tebet acolheu parcialmente duas emendas - uma apresentada pelo senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) e outra, pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) - e rejeitou outras seis.

Caberá, agora, ao plenário do Senado apreciar as alterações nas resoluções que autorizam o crédito externo necessário à viabilização do projeto Sivam. Conforme o parecer, a União assinará compromissos de sigilo com as empresas fornecedoras de bens e serviços para o projeto, de modo a garantir para si a propriedade plena e exclu-



Tebet defende relatório na sessão presidida por Antonio Carlos

siva do software desenvolvido para o Sivam e das soluções adotadas, e a evitar sua divulgação ou uso sem a devida autorização e o correspondente pagamento.

O parecer determina também que os contratos comerciais assinados em decorrência das resoluções sobre o Sivam adotadas em 1994 e das obras civis resultantes da implantação e da execução do projeto serão rescindidos, caso o Tri-

bunal de Contas da União (TCU) constate ilegalidade ou irregularidade insanável nesses contratos ou nos atos que lhes deram origem. Pelo texto do relator, o Executivo terá que submeter ao Congresso, ainda neste ano, proposta de programa de fortalecimento do Sipam (Sistema de Proteção da Amazônia). A reunião conjunta das comissões foi presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Senado derruba monopólio do resseguro

O Senado aprovou ontem, em primeiro turno, por 53 votos favoráveis e oito contrários, proposta de emenda constitucional que flexibiliza o monopólio estatal da atividade de resseguros no país, exercida pelo Instituto de Resseguros do Brasil (IRB). A emenda deve ser submetida a votação em segundo turno ainda neste mês e, se aprovada, será promulgada pelas Mesas do Senado e da Câmara. O setor de seguros movimenta no Brasil US\$ 12 bi-

lhões por ano.

A proposta foi apresentada em abril do ano passado pelo deputado Cunha Bueno, sob a justificativa de que a livre concorrência no setor é compatível com as exigências do mundo moderno. No Senado, a emenda foi relatada pelo senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), o qual argumentou que em apenas quatro países do mundo a atividade de resseguros é monopólio do Estado.

Conforme José Ignácio, a

flexibilização não significa que o IRB será extinto. "Significará a entrada de competidores no setor, com reflexos diretos nos preços do seguro, em benefício do consumidor", assinalou.

O líder do PT no Senado, José Eduardo Dutra (SE), defendeu a manutenção do monopólio. Informou que o governo tem metade do capital do IRB e o restante é dividido proporcionalmente entre as 140 empresas de seguros do país.



Pedro Simon

Custo do crime de colarinho branco preocupa Simon

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) declarou-se ontem preocupado com o fato de que os prejuízos provocados pelos crimes de colarinho branco, como fraudes fiscais e cambiais, ultrapassam em muito os ônus causados ao Estado por assaltos, roubos e atentados à vida. Ele criticou o fato de que a mídia prioriza diariamente notícias sobre esses crimes, quando os praticados por executivos e empresas que lesam o erário são muito mais graves.

Simon lamentou que o atual governo não aja com energia no combate a esse tipo de delito, estimulando por exemplo o trabalho de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar o sistema bancário.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PSL-SP) disse que os crimes de colarinho branco retiram da sociedade uma parcela significativa de recursos que poderiam ser aplicados em favor das populações menos favorecidas.

Tuma: plano para direitos é abrangente e precisa de apoio

O senador Romeu Tuma (PSL-SP) disse ontem que o Programa Nacional de Direitos Humanos, lançado esta semana pelo governo, engloba todos os problemas que a sociedade vem enfrentando nessa área. O senador afirmou que o Congresso tem obrigação de aprimorar o programa e colocá-lo rapidamente em vigência, pois se trata de um importante tema.

Tuma elogiou a proposta de cursos de direitos humanos para policiais. "Há oito anos, quando eu presidia a Academia Nacional de Polícia Federal, criei o curso de direitos humanos", lembrou o senador.

O senador defendeu, a propósito, a criação de uma Comissão de Direitos Humanos no Senado, observando que já existe na Câmara dos Deputados uma comissão incumbida do assunto.

Romeu Tuma pediu urgência para a aprovação de penas alternativas à prisão, previstas no programa, e ressaltou ainda o fortalecimento dos institutos médicos legais e a agilização de processos de execução criminal. Em apartes, os senadores Sebastião Rocha (PDT-AP) e Ney Suassuna (PMDB-PB) também elogiaram o plano do governo.



Ademir Andrade

Ademir destaca movimento pela reforma agrária

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) destacou ontem o lançamento do "Grito da Terra Brasil", movimento que reúne entidades sindicais de trabalhadores rurais, com o objetivo de promover uma campanha nacional pela reforma agrária e pela valorização da agricultura familiar.

Segundo Ademir, que participou de solenidade promovida pelas entidades no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, o movimento luta pela propriedade familiar da terra em moldes capitalistas.

O senador informou que o ato público visou sensibilizar os parlamentares para a aprovação das leis que estabelecem o rito sumário nas desapropriações e a presença de um juiz como condição para a realização de despejos, além das inúmeras outras leis que integram o Programa Nacional de Direitos Humanos, lançado no dia 13 pelo presidente da República.

Júnia condena cobrança da previdência de aposentados

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) informou ontem que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais está discutindo arguição de inconstitucionalidade apresentada pela Associação de Funcionários Aposentados do estado contra a cobrança da alíquota de contribuição previdenciária de 8 a 12% instituída por medida provisória do governo federal.

Ela disse que os servidores inativos de Minas vivem um "momento de grande insegurança" diante da possível aprovação da medida provisória e a conseqüente redução de seus proventos.

A maioria desses aposentados, segundo Júnia Marise, é constituída de professores cuja remuneração está atualmente na faixa de R\$ 450,00.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se o PLC nº 36/95, que acrescenta dispositivo ao art. 2º da Lei nº 4.771/65, que institui o Código Florestal.

COMISSÕES

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Mensagens nºs 153, 167 e 146/96, submetendo à apreciação os nomes de Antonio Carlos Coelho da Rocha, Adolf Libert Westphalen e Alexandre Addor Neto para exercerem, respectivamente, o cargo de embaixador do Brasil no Kuwait, na Iugoslávia e em São Tomé e Príncipe. Sala 07 - Ala senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se o PLC nº 196/93

(não terminativo), que estende o seguro-desemprego ao trabalhador rural; e PLS nº 136/95 (terminativo), que dispõe sobre a participação dos trabalhadores na gestão das empresas. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Educação

Pauta: Matérias diversas, destacando-se o PLS nº 058/96 (terminativo), que dispõe sobre a transferência dos recursos do salário-educação. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h30 - Comissão Especial da Habitat 2

Pauta: Exposição de Lair Kreinbuch, secretário municipal de Habitação de São Paulo; de Patrick Bodart e Yves Cabvannes, representantes do projeto Gret-Ceará. Sala 15, Ala Senador Alexandre Costa.

16h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.418/96

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

Valadares defende o ensino público

Ao comentar artigo do reitor da Universidade Estadual Paulista, Arthur Roquete de Macedo, publicado na *Folha de S. Paulo*, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) concordou com o entendimento de que é falha a idéia de que o Brasil deve privatizar as universidades públicas para melhor atender aos estudantes de baixa renda. Valadares disse existirem dados incontestáveis de que nas universidades públicas o maior contingente é o de estudantes de classes menos favorecidas.



Arruda apresenta seu substitutivo ao projeto de Simon, aprovado pela Comissão de Infra-Estrutura

Comissão aprova projeto que obriga governo a concluir obras

Proposta acatada pela Infra-Estrutura prevê até sanções penais para inibir a pulverização dos recursos públicos

Projeto determinando que nenhuma obra pública será licitada sem que esteja prevista no Plano Plurianual e no Orçamento do exercício correspondente ao seu início foi aprovado ontem pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. A proposta impede a paralisação de obras que já tenham gasto mais de cinquenta por cento de seu valor e pretende, com essas restrições, evitar o surgimento de novas obras que possam ficar inconclusas.

Sob a presidência do senador José Agripino (PFL-RN), a comissão aprovou o substitutivo do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) ao projeto de lei de iniciativa do senador Pedro Simon (PMDB-RS). Para Arruda, a medida representa um limitador importante à pulverização dos recursos públicos, uma vez que obriga a que o Estado conclua as obras inacabadas e proíbe, inclusive com sanções penais, o surgimento de outras que tomem o mesmo destino.

Na reunião, foi aprovado requerimento de José Agripino e outros senadores convocando o presidente do BNDES, Luís Carlos Mendonça de Barros, e o presidente da Vale do Rio Doce, Francisco Schettino, para prestarem esclarecimentos à comissão sobre a privatização da estatal, na próxima terça-feira, dia 21. Foi aprovado também o nome da senadora Regina D'Assumpção (PTB-MG) para o cargo de vice-presidente da Comissão de Infra-Estrutura.

Benedita: não à "moeda podre"

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) disse ontem que se o Supremo Tribunal Federal (STF) permitir o uso de 100% de "moedas podres" para a compra da Light poderá estar assinando o atestado de morte do Programa Nacional de Desestatização. Ela defendeu que o Senado amplie o seu poder de fiscalização sobre os acordos realizados pelo governo.

Em apartes, Benedita foi apoiada pelos senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Jefferson Peres (PSDB-AM).

Reco de FHC gera protestos

Sob protestos dos senadores Gerson Camata (PMDB-ES) e Roberto Requião (PMDB-PR), que questionaram a falta de explicação do presidente da República, o plenário aprovou mensagem do presidente Fernando Henrique Cardoso retirando o nome de Ricardo Augusto Oberlaender para ministro classista do TST, que já havia sido aprovado pela CCJ.

Camata cobrou justificativas e Requião lamentou que o Legislativo "homologue nomes ou aprove retirada de nomes para ministros de tribunais conforme os caprichos do Executivo".

Suplicy apóia Gianotti em crítica a presidente

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) cobrou ontem maior rapidez do governo no diagnóstico dos problemas sociais e na adoção de medidas para solucionar os problemas enfrentados pela população. Ao ler artigo do intelectual José Arthur Gianotti, publicado na *Folha de S. Paulo*, o senador acrescentou que "o governo precisa responder aos grandes desafios sociais, que estão provocando o aumento da violência no campo e nas

cidades".

No artigo "FH e sua cupinchada", o presidente do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) explica seu apoio a FHC, faz uma reflexão sobre os 17 meses de governo e adverte que "ou o governo responde ao desafio imposto pela população ou despenca ladeira abaixo". Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) considerou "muito importante e de maior seriedade a advertência".

Jucá elogia programa da casa própria

O senador Romero Jucá (PFL-RR) disse ontem que o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso "deu um passo importante" ao lançar os programas de financiamento habitacional. O senador afirmou que a iniciativa representa uma "mudança radical" no processo de aquisição tanto do material de construção quanto da casa própria, pela facilidade com que cada cidadão terá para vencer a burocracia e obter o financiamento.

Josaphat já tem propostas preliminares para as MPs

Senador sugere ampliação de 30 para 60 dias do prazo para a apreciação do Congresso, findo o qual medida fica aprovada

Em sua primeira reunião, a comissão especial do Senado destinada a examinar as propostas de emendas à Constituição relativas à edição e ao processo legislativo de medidas provisórias escolheu ontem, por aclamação, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) relator da matéria. Ele acumulará a função com a de vice-presidente.

No exercício da presidência da comissão, Josaphat Marinho distribuiu um esboço de proposta, ponto de partida para os senadores apresentarem

suas sugestões. Entre as principais mudanças submetidas à discussão, consta a ampliação do prazo de apreciação das MPs pelo Congresso, de 30 para 60 dias. Caso não seja apreciada nesse tempo, ela será convertida em projeto de lei. Além disso, qualquer mudança de norma relativa às MPs deverá ser estabelecida através de legislação complementar.



Josaphat Marinho

Quanto às matérias que não poderão ser objeto de MP, a proposta adota as vedações do projeto da Câmara, de autoria do então deputado Nelson Jobim. Matérias reserva-

das a domínio de lei complementar, relativas a direito penal e referentes à competência privativa do Congresso não poderão ser objeto de MP. A comissão volta a se reunir no dia 23, às 11 horas.



Ney Suassuna

Suassuna defende garantia total a depósito bancário

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu ontem a criação de um sistema que dê garantia total ao dinheiro que os correntistas têm depositado nos bancos, como o que existe na Alemanha. A garantia dada aos correntistas brasileiros é de R\$ 20 mil e só foi instituída recentemente, depois das crises dos bancos Econômico e Nacional.

Depois de visitar a Alemanha, onde conheceu o funcionamento do sistema bancário local, Suassuna reafirmou sua convicção de que a independência do Banco Central é uma necessidade e sugeriu a criação de um órgão de auditoria para fiscalizar o sistema financeiro, também a exemplo dos alemães. Ele informou que as instituições financeiras alemãs, inclusive as estatais, criaram um fundo de garantia sobre os depósitos.

Em aparte, o senador Wilson Kleinübing (PFL-SC), que também integrou a delegação de senadores que foi à Alemanha, afirmou que o sistema financeiro alemão é o melhor modelo que se tem no mundo. O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) disse que o BC alemão age como real guardião da moeda.

Rocha quer reciprocidade no uso de plano de saúde

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) apresentou ontem projeto de lei estabelecendo que o associado de plano de saúde que atrasar o pagamento de suas mensalidades terá direito a utilizar os serviços contratados por período igual ao da carência exigida quando da formalização do contrato.

Lembrando que os planos de saúde fixam prazos de carência para cirurgia, internação hospitalar e exames médicos, o senador afirmou que "nada mais justo, para ambas as partes, que o

contratante possa, pelo menos, usufruir integralmente, pelo mesmo prazo, daquele período de serviços pagos adiantadamente, aos quais indubitavelmente faz jus".

Para Rocha, qualquer argumento contrário a esse entendimento consiste "em inaceitável violação do básico e absoluto direito à vida e à saúde". Ele entende que "aspectos éticos e morais não têm prevalecido nos contratos onde a vida humana é o fator em jogo" e que seu projeto visa defender o interesses do cidadão.



Sebastião Rocha

Miranda vê casuismo em reeleição agora

O debate em torno da reeleição do presidente da República foi considerado prematuro pelo senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), para quem é eticamente discutível a possibilidade de alterarem-se as normas constitucionais em benefício do atual chefe do Executivo.

O senador disse que a mudança das "regras do jogo", neste momento, poderia indicar intenção de legislar em causa própria, já que os atuais prefeitos não se beneficiariam com a medida. Miranda acredita, no entanto, que se FHC conservar até o fim de seu mandato o apoio dos brasileiros, a opinião pública pressionará legitimamente o Congresso para conceder essa autorização.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ **Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia ■ **Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação: Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo:** Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa:** José do Carmo Andrade
Editores: Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação: Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ **Fotos:** Célio Azevedo, Márcia Kulture e Adão Nascimento ■ **Revisão:** Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral
Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal